



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COLÉGIO DE DIRIGENTES
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3357-7500 – ramal 2044 / 2013

Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes 2 de outubro de 2017

No dia dois de outubro de dois mil e dezessete reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, na Sala de Reuniões do Cefor, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. André Romero da Silva; da Diretoria de Planejamento, sr. Elton Siqueira Moura; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sr. Pablo Augusto Panêto de Moraes; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Joubert Alexandrino de Souza; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Leandro Bitti Santa Anna; do campus Barra de São Francisco, sr. José Alexandre de Souza Gadioli; do campus Cachoeiro do Itapemirim, sr. Edson Maciel Peixoto; campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb Faria, do campus Centro-Serrano, sr. Wagner Poltroniere Entringer; do campus Colatina, sr. Octávio Cavalari Júnior; do campus Guarapari, sr. Gibson Dall'Orto Muniz da Silva; do campus Ibatiba, sr. Eglon Rhuan Salazar Guimarães; do campus Itapina, sr. Fábio Lyrio Santos; do campus Linhares, sra. Sandra Mara Mendes da Silva Bassani; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Nova Venécia, sr. Anderson Rozeno Bozzetti Batista; do campus Piúma, sr. Marcelo Fanttini Polese; do campus Santa Teresa, sra. Walkyria Barcelos Sperandio; do campus São Mateus, sr. Aloísio Ramos da Paixão; do campus Serra, José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Vila Velha, sr. Diemerson Saquetto; do campus Vitória, sr. Hudson Luiz Côgo. Presidente abre a reunião, cumprimenta os presentes, a seguir faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Indicação de membros do Colégio de Dirigentes para completar o mandato no Conselho Superior; 3. Apreciação processo 23158.001284/2017-10 – oferta do CT em Mecatrônica integrado ao Ensino Médio do campus Serra; 4. Apreciação processo 23158.000445/2017-58 – oferta do CT em Eletricista Industrial integral do ensino médio do campus Serra; 5. Apreciação processo 23153.000550/2017-37 – oferta do CT em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio do campus Colatina; 6. Apreciação da proposta de Resolução que institui Diretrizes Operacionais para Atendimento a Alunos com Necessidades Específicas no Ifes - processo 23147.002897/2017-01; 7. Apresentação do modelo e da planilha de Gestão de Riscos; 8. Informações sobre Cefor e apoio aos campi.** Visando dar maior celeridade a reunião, o Presidente pede autorização para alterar a ordem dos itens, e diante da anuência dos presentes, abre o item 6 e passa a palavra para a servidora Sirley, que ao cumprimentar os dirigentes, relata que tendo em vistas as atuais ações afirmativas que incluem reserva de vagas para pessoas com necessidades especiais, o Fonape propôs, por meio desta proposta de resolução, diretrizes que visam explicar e padronizar o funcionamento e também o fluxo de atendimento dos Napnes.

Relata que a proposta seguiu todos os trâmites administrativos, citando que na câmara foi proposto que o atendimento também contemple o servidor, argumentando que esse atendimento desse ser normatizado em uma resolução própria, destacando que esse tema será ponto de pauta na próxima reunião do Fonapne, agenda para o dia 9 de outubro de 2017. Detalha que há uma conceituação para o aluno com necessidades específicas, e que será utilizada no próximo processo seletivo, e a seguir, apresenta a identificação e o atendimento inicial que será prestado aos discentes. Informa que os Napnes já terão a informação tanto do quantitativo quanto da qualidade da necessidade especial requerida pelos candidatos durante o processo seletivo, destacando que esses dados permitirão a elaboração de um planejamento com antecedência. Explica que as ações que serão realizadas pelo Napne para o atendimento do aluno, enfatizando que é necessário laudo médico para ingressar nas cotas, mas ele não é necessário para o atendimento do Napne. Expõe a expectativa, a partir dessas novas ações afirmativas, do aumento da demanda de cotas, ou seja, de 23 para 126. Apresenta as dificuldades de atendimento no contra turno, destacando que esse atendimento tem sido prejudicado e por vezes não estão sendo realizados, enfatizando que é uma situação complicada, uma vez que não houve previsão de vagas junto com a reserva de vagas. Declara a necessidade de mobilização para solucionar ou minimizar esses problemas, uma vez que a instituição deve garantir o atendimento, e que, apesar da dificuldade em se cumprir é uma obrigação legal. Enfatiza que a proposta de resolução está em conformidade com a política nacional da educação inclusiva, em vigor desde 2008. A dirigente Vanessa parabeniza o trabalho realizado pelo Fonapne, destacando que o Cefor está se preparando para também prestar atendimento a esses alunos, enfatizando a necessidade de se trabalhar em conjunto para se encontrar e implementar soluções. Relata que, mesmo que seja uma resolução a parte, o servidor também deve ser contemplado, pois devemos pensar e auxiliar tanto os alunos quanto os servidores. O dirigente Octávio sugere a disponibilização de disciplina em libras. A dirigente Vanessa relata que a capacitação deve ser feita a distância, explicando que esse semestre o Cefor está recebendo a demanda dos campi e se preparando para atendê-las. O dirigente Carnielli considera o projeto interessante, mas expõe sua preocupação para com a percepção da maioria das pessoas, pela qual os portadores de necessidades especiais são apenas os cegos, os mudos e os cadeirantes. Explica que esse é uma pequena parte de um universo, e que por isso, tenta conceber formas da instituição proporcionar o devido atendimento, destacando que no campus Venda Nova há um aluno que necessita de atendimento exclusivo, enfatizando que se houver mais dez alunos nessa condição será impossível atendê-los, vide a ausência de servidores e também de estrutura. Relata que o campus iniciou o trabalho de atendimento de portadores de necessidades especiais, e se transformou em referência, no entanto, destaca que, caso haja um aumento na demanda não será possível realizar os atendimentos. A dirigente Maria Valdete relata que no campus Alegre há uma aluna que não acompanha os demais alunos, e por isso, além de necessitar de atendimento especial, vai gastar 6 anos para se formar. O dirigente José Orlandi relata que, no campus Serra, funciona uma comissão do Napne, sugerindo que talvez seja o momento de se criar um setor exclusivo para o Napne, e demonstra sua preocupação com o fato de que os PPC's não contemplam formações auxiliares. A servidora Sirley Sirley relata que o funcionamento como do Napne como núcleo inviabiliza a continuidade das práticas, por isso, enfatiza que seria muito importante se cada campus estruturasse o Napne, visto que o volume de trabalho vai aumentar consideravelmente. Relata o cuidado que se deve ter com o termo, pois ele se refere à qualificação profissional para o aluno com deficiência, enfatizando que os PPC's vão ter que ser alterados. O Presidente relata que foi dada uma tarefa mas que não foram disponibilizadas condições para realizá-la. Destaca que esse processo de atendimento deveria ser uma etapa natural a ser incorporada ao longo do tempo, ressaltando que, na verdade, a instituição não está conseguindo

atender uma lei que determina que 5% dos servidores sejam capacitados em libras e que, se a instituição estivesse cumprindo essa lei, haveria uma maior facilidade no atendimento aos alunos, no caso dos surdos e mudos. Enfatiza que o atendimento vai ocasionar um problema enorme, mas que talvez seja menor do que estamos mensurando, destacando que é necessário tomar medidas institucionais eficazes. Relata que há 150 interpretes para atender as instituições no Brasil, enfatizando que esse número é insuficiente para as demandas atuais, quicá para as futuras, que serão aumentadas em virtude da reserva de vagas no processo seletivo. Considera positivo o fato de que, terminada as inscrições, a instituição já terá ciência do que deve ser feito para viabilizar o atendimento. Destaca que o atendimento vai onerar o custeio institucional, mas que ele não pode ser ignorado, relatando que o ideal seria a ampliação para 5000 cargos para interpretes, conforme proposta do Conif, e que, apesar da anuência da Setec, não houve respaldo por parte do MPOG. Destaca que os profissionais que prestarão o atendimento aos portadores de necessidades especiais devem ter vínculo temporário com a instituição visto que os alunos, após formados, terminam sua vinculação institucional, e que os campi serão afetados de maneiras diferentes. Em relação a Proen, relata que se deve iniciar um trabalho de revisão dos PPC's para que seja proposto uma solução para as saídas intermediárias, por isso, os PPC's não podem ser totalmente fechados, possibilitando o reconhecimento e consequente formação de habilidades e competências. A servidora Sirley que o Fonapne apresentará proposta tanto para uma normativa quanto para revisão de curso contemplando as adequações necessárias. O Presidente relata que a normativa deve ter uma certa flexibilidade, explicando que, às vezes, ocorre a evasão por diversos motivos, e assim, o aluno pode ser certificado pelo conhecimento adquirido no período em que estudou na instituição. Expõe sua preocupação com essa situação, uma vez que, por um lado cabe ao Ifes resolver um problema de atendimento, por outro, há a necessidade social de prestar o devido atendimento às pessoas. O dirigente Anderson informa que no campus Nova Venécia foi realizado um processo seletivo simplificado, a partir da análise de currículo, sendo que o aluno aprovado em segundo lugar necessita de atendimento do Napne. Relata as dificuldades cognitivas do aluno, explicitando os problemas na aprendizagem e as alternativas institucionais que são realizadas nesse caso, enfatizando que o aluno deve permanecer por volta de oito anos no campus, e que esse período será um grande desafio para o campus, envolvendo uma enorme mobilização de servidores. Declara que a lei de cotas, em seu texto inicial, não previa o atendimento a todas as necessidades, acrescentando que, durante as discussões na tramitação do processo, o texto foi sendo alterado e assim, as demais necessidades foram incorporadas. Assim, manifesta sua preocupação com a atual situação que cria uma demanda para qual as instituições não estão, minimamente, preparadas, demanda esta que, possivelmente, não poderá ser atendida e que foi criada a partir da descaracterização da intenção inicial do legislador. Revela que o campus Nova Venécia tem o Napne que não está estruturado em virtude da falta de servidores, visto que há servidores do campus afastados para mestrado. O dirigente Hudson prevê que para 2018/1 a demanda seja de 140 alunos e que em cinco alunos, ela alcance entre 400 a 500 alunos, e que, conforme prevê o artigo 7º da proposta, a responsabilidade é do diretor-geral, enfatizando que não há como garantir esse atendimento. O dirigente Diemerson relata que, da mesma maneira que os CRA's tem colocado os psicólogos como operadores da política estudantil, a entrada desses alunos pode ser realizada pelos profissionais de psicologia. Destaca que não se deve exigir o mesmo tipo de aprendizado de um aluno regular, visto que o processo de convivência deve ser outro, no entanto, enfatiza que o período de permanência tem que ser de 4 anos, destacando a possibilidade de inserir a psicologia no contexto organizacional. O dirigente Lodovico relata que, citando o dirigente Hudson, que o Ifes não está preparado para realizar esses atendimentos, destacando a necessidade de reelaborar a matriz curricular, e enfatizando os riscos de se publicar um concurso sob regras que a instituição não

está apta a cumprir. O Presidente relata que o decreto entrou em vigor em maio. A dirigente Vanessa conclama que os dirigentes pensem em alternativas como por exemplo o uso de tecnologias, visto que o atendimento exclusivo não resolve a situação. A servidora Sirley concorda com a dirigente Vanessa e exemplifica que o uso de uma lupa minimiza as dificuldades da pessoa portadora de baixa visão severa. A dirigente Vanessa destaca a necessidade de desenvolver ações que envolvam pesquisas, destacando grupo do Cefor composto por pesquisadores de diversas áreas, acrescenta que, em atendimento da legislação que estipula o percentual de 5% de servidores capacitados para libras, há um curso, em processo de finalizado, desenvolvido pelo Cefor. A servidora Fernanda, coordenadora do Fonapne, declara que essas questões criam uma certa angústia, no caso de uma equipe temporária, justificando que uma equipe permanente permite a realização de discussões sobre as particularidades dos alunos, facilitando o planejamento e conseqüente atendimento. Destaca que a necessidade da organização local, enfatizando que tal ação não é responsabilidade do Napne e sim da instituição como um todo. A servidora Sirley sugere a inserção da palavra “poderia” antes do verbo garantir no artigo 7º. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à alteração proposta. O dirigente Edson revela que no campus Cachoeiro há um aluno portador de necessidades especiais que não consegue assistir as aulas porque não é alfabetizado em libras, por isso, o profissional tem que traduzir todas as matérias para o aluno, acrescentando que nos campi menores essa situação é muito difícil. A dirigente Walkyria afirma que as questões apresentadas foram muito significativas, parabenizando o Fonapne pelo trabalho. Acrescenta que são poucos servidores para executar muito trabalho, por isso, é necessário uma formação continuada para docentes e técnico-administrativos para a educação, visto que, sem esse diálogo não há possibilidade da instituição atender essas particularidades. Relata que não houve uma orientação para se lidar com a questão, citando o exemplo de uma deficiência intelectual questiona como será a formação, enfatizando que a instituição precisa se respaldar visto que o Ministério Público irá fiscalizar o atendimento à legislação. O Presidente declara que, em nível geral, há um problema na instituição escolar como um todo, visto que a escola é uma instituição excludente, por essa característica, aqueles que não se enquadram são excluídos. Relata que a escola foi construída desta forma e que para torná-la incluyente é uma tarefa que requer muito trabalho e dedicação, principalmente, porque a escola é segmentada, assim, é necessário um esforço enorme para se realizar um trabalho coletivo que contemple todos. Declara que cada vez mais as pessoas não vão se sujeitar a regras preestabelecidas, visto que o processo educacional está mudando, destacando que as pessoas percebem isso e estão tomando outros caminhos, e por isso, a instituição tem que estar alerta para se tornar uma escola incluyente. O Presidente, diante do impasse apresentado pelos dirigentes, ou seja, da impossibilidade de atendimento da legislação no próximo processo seletivo, sugere que se faça uma consulta à procuradoria sobre a viabilidade de escalonar a percentagem exigida, aumentando 1 ponto percentual a cada ano, até atingir o teto de 5%. O professor Jadir relata que, desde semana passada, começou a se inteirar desses assuntos, enfatizando ser algo pelo qual se deve trabalhar de forma permanente. Destaca que conversou com os procuradores sobre diversos assuntos, sendo este um dos temas de pauta, e que sugeriu esse escalonamento proposto pelo Presidente com o acréscimo de fazer o movimento combinado como o Ministério Público. Explica que o Ifes levaria essa proposta para análise do MP, destacando que essa seria uma medida sensata, para não haver um desgaste entre as instituições. Acrescenta que, evidentemente, somente dará prosseguimento a essa ação se os dirigentes concordarem. O Presidente destaca que o edital ainda não foi publicado, somente há o extrato no diário oficial, enfatizando que essa é uma decisão urgente, que tão logo definida, deve-se iniciar a conversa com os procuradores. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente a proposta sugerida pelo Presidente e pelo professor Jadir. O dirigente Anderson sugere que a prova

retornasse as regras antigas, pelas quais seria eliminado o candidato que zerar qualquer disciplina, sendo obrigatório acertar, no mínimo, uma questão de cada disciplina. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favorável a proposta sugerida pelo dirigente Anderson. O diretor Pilon revela que as determinações no edital são globais, assim, o candidato que zerar uma das provas será automaticamente eliminado. A pró-reitora Adriana relata que qualquer alternativa é válida, destacando que se deve esperar pelas consequências, e relata que haverá campus que não vai conseguir fechar turma com as vagas oferecidas. Enfatiza que o problema é imenso e a instituição deve ser habilidosa e criativa para lidar com ele, no entanto, acrescenta que o peso não pode ser imputado àqueles que precisam da escola. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para o diretor Élton que, ao cumprimentar os presentes, revela que está deixando a diretoria de planejamento, enfatizando que, independente disso, se responsabiliza pela implantação da gestão de risco. Relata que irá apresentar uma proposta de modelo e uma ferramenta que será aplicada em três semanas, destacando que, a partir das determinações legais, os procuradores não darão pareceres favoráveis aos contratos que contemplem a gestão de risco. Desta forma, explicita o estabelecimento do contexto, as etapas e aponta as abrangências da política da gestão de risco. Depois, apresenta a comunicação entre os envolvidos e as instâncias organizacionais, bem como a avaliação de riscos que envolve as seguintes etapas: identificação, análise, avaliação, definição de ações de tratamento e controle. Informa que esses dados serão divulgados em documento institucional que deverá ser acompanhado e monitorado. Declara que existe o monitoramento da instituição, composto por riscos que abrangem toda a instituição que deve implementar, avaliar medidas de controle, propor tolerâncias e critérios de risco, avaliar desempenho dos resultados, avaliar o modelo de gestão e avaliar ferramentas e técnicas. Apresenta o monitoramento reitoria/campus, que constitui-se na avaliação de medidas de controle com abrangência local, a partir da comunicação de planos, monitoramento de riscos e revisão de planos. Apresenta uma planilha que pode ser usada no planejamento de riscos como uma ferramenta auxiliar, explicando seus usos e avaliação de dados. Divulga as próximas etapas: escrever manual, realizar o primeiro evento, analisar ferramentas e técnicas, elaborar curso para capacitação de gestores de riscos e publicar manual de gestão de riscos. O dirigente Gadioli questiona se a gestão de risco é semelhante àquela envida pela Audin. O diretor Élton explica que aquela é uma matriz da CGU, e que mesmo assim, todo o trabalho está sendo feito, foi apresentado e conversado previamente com a Audin. Divulga que o curso, inicialmente, pensou na plataforma EaD, mas que visa realizar um ou dois presenciais. O dirigente Gadioli sugere que, caso haja curso presencial, que se pense em 3 turmas que contemplem a grande vitória, a região norte e a região sul. O diretor Joubert cumprimenta os presentes e informa que também não vai permanecer na direção de TI, e destaca que, em complementação à fala do diretor Élton, houve um evento do TCU com foco em TI, em que as ações se concentraram no compras net, por isso, avisa que o tribunal de contas está atento às ações institucionais. Destaca a necessidade de se elaborar um planejamento para TI, mas que por agora, com o intuito de adquirir bens ou serviços, é necessário fazer à moda antiga, ou seja, atualizar o plano de compras. Por isso, solicita autorização do Colégio de Dirigentes para fazer uma revisão nos itens e, caso seja necessário, nos processos, com o auxílio dos servidores de TI dos campi. Destaca que algumas ações do PDTI sejam inexequíveis, cada avaliação será definida motivadamente pela direção do campus. O Colégio de Dirigentes autoriza a atualização do PDTI. O Presidente abre os **itens 3, 4 e 5** e passa a palavra para o diretor Pilon que relata que são três processos de curso. O dirigente José Orlandi relata que o **item 3** é uma mudança do campus Serra, ou seja, alteração do curso de automação para mecatrônica. Declara que a estrutura utilizada será a mesma do curso de automação, destacando que o campus tem sinergia na área de automação, por isso somente será necessário um laboratório, enfatizando que o impacto será mínimo. O dirigente Octávio

relata que o **item 5** é fruto de um remanejamento do campus Colatina, explicando que este curso é substituição de outro que foi fechado. O Presidente destaca que o Colégio de Dirigentes avalia o impacto financeiro, a contratação de servidores e o investimento necessário para a abertura de um curso. O dirigente Gadioli revela que o curso superior em administração que será ofertado pelo campus Barra de São Francisco em 2018/2, não precisará de investimentos, solicitando, no entanto colaboração dos dirigentes, visto a necessidade de professores multicampi. O Presidente aproveita a ocasião para lançar um desafio aos dirigentes, destacando que tem participado de reuniões com empresários inovadores e um dos temas tratados é a indústria, ou seja, o próximo passo da indústria, por isso, acrescenta que os cursos do Ifes devem acompanhar essa evolução, ou seja, a indústria 4.0. Relata que é necessário pensar a respeito, visto que no passado, o destaque era a automação, agora não é mais. O dirigente José Orlandi relata que o **item 4** está em conformidade com o planejamento estratégico de 2013, pelo qual havia a obrigatoriedade de implantação de cursos Proeja, destacando o campus Serra não possuía cursos nessa modalidade, sendo este a primeira qualificação ofertada, enfatizando que há um salto na carga horária propedêutica. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente às ofertas do CT em Mecatrônica integrado ao Ensino Médio do campus Serra, do CT em Eletricista Industrial integral do ensino médio do campus Serra e do CT em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio do campus Colatina. O Presidente abre o **item 2** e o dirigente Carnielli, presidente do Fórum de Diretores-gerais relata que a lista de dirigentes que serão representantes no Conselho Superior será definida hoje e posteriormente encaminhada à Secretaria do Conselho Superior. O Presidente abre o **item 8** e passa a palavra para a dirigente Vanessa que inicia sua apresentação sobre o Cefor. Faz um breve histórico da criação do centro, apresentando os objetivos, e conceitualizado o que é apoio instituição de EaD no fomento e apoio da educação a distancia e formação docente. Destaca os trabalhos realizados na formação de professores e demais profissionais da educação de acordo com o eixo tecnológico de cada um dos campi do Ifes. Apresenta o organograma do Cefor, informando que já está em processo elaboração uma revisão do regimento. A seguir dá detalhes sobre a sede do Cefor, destacando os cursos ofertados e aqueles cujas ofertas estão previstas. Divulga estatísticas referente a ofertas de cursos, a formação de profissionais, ao total de inscritos, a referencia em institucionalização em EaD e capitação de recursos, destacando que a arrecadação do Cefor é maior que seus gastos. Enfatiza o apoio institucional proporcionado pelo centro, detalhando o catálogo de serviços, pelo qual cada setor descreve o serviço realizado e o prazo de atendimento, exemplificando os serviços prestados. A partir de um questionamento do dirigente Gibson sobre a percentagem de 20 % do ensino a distância, relata que as resoluções ainda são muito genéricas, impossibilitando que as ações do campus se apoiem exclusivamente nelas, no entanto, destaca que o Cefor pode ajudar os campi nessa questão. Divulga que, atualmente, o Cefor oferta 6 cursos técnicos, 4 graduações, 9 pós-graduações e mais de 30 cursos Fic. A seguir apresenta as diferenças entre cursos com e sem fomento externo, destacando que os cursos que não possuem bolsas são realizados na carga horária semanal do servidor. Relata que institucionalizar é reconhecer o papel da EaD ou seja, ofertar cursos a distancia com recursos humanos e financeiros próprios, enfatizando que, caso não seja possível o fomento para ofertar o curso, pode-se fazê-lo institucionalmente. Acrescenta que a institucionalização significa uma visão estratégica institucional a partir da utilização dos profissionais da instituição. A seguir, apresenta um breve histórico da instituição da EaD, destacando que o Ifes participou de todas as ações de institucionalização em nível nacional. Enfatiza que uma das questões a se trabalhar é estimular os campi a serem ofertantes e polos, pois assim, abrem-se perspectivas de trabalho em conjunto. Explica o trabalho realizado pelo GT do FDE/Conif que apresentou reflexões e elaborou diretrizes para a institucionalização da EaD, o qual era composto por representantes de todas as regiões do país,

acrescentando que as diretrizes abarcavam o esforço docente na EaD, as estruturas organizacionais para institucionalização da EaD e as metodologias de oferta de cursos a distância. Divulga que houve uma adequação na matriz orçamentária que beneficiou a EaD, explicando que a proposta é mais simples e se baseia na diferenciação dos cursos com e sem fomento. Divulga que o Cefor está mudando sua plataforma de sala virtual para o moodle 3.0, informando que a anterior era a versão moodle 1.9, destacando que esse moodle 3.0 pode ser utilizado tanto para a educação à distância quanto a educação presencial. Relata que, a partir de 2018, não haverá oferta de cursos no moodle 1.9, assim, todos os cursos e capacitações deverão migrar para a versão moodle 3.0. Sobre a matriz orçamentária, relata que os campi que possuem cursos EaD recebem recurso no custeio, e que os cursos com fomento contam 0,25 em relação ao presencial, e que os cursos sem fomento contabilizam 0,8. Acrescenta que, no que tange ao custeio, é feito o seguinte rateio: 15% para o Cefor, por sua função de apoio a EaD; 35% para o campus ofertante; e 50% dividido entre os campi polos, limitado a 15% do total, o restante é destinado ao campus ofertante. Informa que será encaminhado para todos os campi um memorando, no início do ano, explicando sobre o custeio. Relata que, infelizmente, alguns campi ainda não consideram o aluno a distância com a mesma importância que o aluno presencial, e que tal concepção deve ser revista, apesar de que ainda há diferenças tanto de custeio quanto de assistência estudantil. O dirigente Octávio relata que a assistente social do campus Colatina se nega a realizar a assistência estudantil para o aluno virtual, justificando essa negativa em uma determinação do Fórum de Assistentes Sociais. A dirigente Vanessa que a servidora pode justificar sua negativa na quantidade de serviço a ser realizado, destacando que o Cefor vai definir como os campi devem lidar com a assistência estudantil para alunos virtual. O dirigente Octávio questiona a necessidade dos campi migrarem para o Cefor. A dirigente Vanessa destaca que alguns campi já possuem moodle instalado à parte, enfatizando que é pretensão do Cefor fazer essa exigência, no entanto, caso seja necessário um suporte, não será possível em virtude da utilização de ambientes virtuais distintos. O dirigente Leandro destaca a importância de se elaborar uma normativa sobre a decisão do fórum, justificando que, não raro, eles se comportam como uma entidade classista, que esquece ou ignora os interesses institucionais. O Presidente relata que há uma universidade cujo programa de assistência estudantil já se define na entrada por meio de uma seleção geral, destacando que o Ifes tentou implementar um programa semelhante mas que não houve sucesso em virtude da resistência. Informa que os fóruns foram criados para propiciar um ambiente em que os especialistas em uma determinada área pudessem se reunir e elaborar propostas, mas sem qualquer poder deliberativo. Por isso, acrescenta que não se pode permitir essa determinação dos fóruns, destacando que a instituição tem sido passiva em relação a essas atitudes, no entanto, é necessário assumir papel de dirigente que nos cabe. A partir do exemplo de uma coordenadora que reduziu a carga horária por causa da bolsa, a dirigente Vanessa relata que a não ser que o programa de fomento determine, tem que se fazer fora do horário de expediente, à exceção para os cargos de direção. No caso da UAB, informa que o diretor da Capes cobra esse tipo de dedicação, justificando o impacto negativo no desempenho dos alunos que são o objetivo fim. O Presidente destaca a necessidade de prestar atenção nas ofertas de cursos, bolsas e programas, pois deve-se obedecer o que determina o regulamento, acrescentando que não se pode eximir dessa responsabilidade pois é grande a possibilidade dos cursos serem considerados ilegais. Revela que é muito complicado, principalmente, para cursos regulares e de graduação, mas que o Conselho Superior está rigoroso e não admite aprovação retroativa, por isso, solicita muito cuidado por parte dos campi e que entrem em contrato com a Proen para sanar quaisquer dúvidas. Aproveita a ocasião para sugerir que os campi que possuem administração superior, ou seja, Venda Nova do Imigrante, Guarapari e Colatina, trabalhem em conjunto em prol da educação a distância, enfatizando que o campus Linhares

também já manifestou interesse em ofertar esse tipo de curso. Enfatiza que, em vez de termos alguns campi ofertando o mesmo curso, pode ofertá-lo pela EaD em, por exemplo, 50 polos, destacando o quantitativo de alunos que seria beneficiado com essa medida, destacando a necessidade institucional de se rever essas questões, principalmente nos cursos de licenciatura. O dirigente Diemerson relata os problemas relativos às juntas médicas, expondo a surpresa ao receber uma portaria de remoção por motivo de saúde, e solicita que, caso seja interesse do Colégio de Dirigentes, que esse item seja pauta para a próxima reunião. O Presidente concorda com a importância do assunto, mas solicita que o diretor da DGP, servidor Pablo, apresente dados e aspectos formais que possam subsidiar uma decisão, sugerindo que o dirigente Diemerson converse com o diretor Pablo para iniciar um encaminhamento. O dirigente Leandro solicita a presença da responsável pela assessoria processual para que se possa responder estes processos de remoção por saúde de uma forma padronizada. O dirigente Octávio solicita que seja incluído como pauta para a próxima reunião, concurso para os casos de aposentadoria. O Presidente informa a previsão de realizar concurso para suprir as vagas de aposentadoria, no entanto deve ser realizado, previamente, um levantamento dos servidores que se encontram na condição de se aposentarem. O dirigente Hudson solicita que, em função da decisão de optar pela certificação do Enceja, e considerando a carga de trabalho exigida, os campi próximos à residência do aluno se responsabilizassem por esse trabalho. O Colégio de Dirigentes concorda com a sugestão do dirigente Hudson. O dirigente Marcelo solicita que a apresentação do Polo de Inovação seja ponto de pauta da próxima reunião do Colégio de Dirigentes. O pró-reitor Ademar relata que o edital de intérprete de libras, não houve aprovados, assim, ele foi novamente publicado e houve uma maior quantidade de aprovados, enfatizando a previsão para início de novembro as nomeações, destacando que a homologação do concurso foi antecipado e possivelmente será divulgada em 19 de outubro para que as nomeações sejam realizadas o mais breve possível. Concorda com o planejamento de aposentadoria, visto que, caso haja aposentadoria de pedagogo não há vagas em concurso. A dirigente Walkyria questiona se haverá divulgação por meio da imprensa, televisão e demais, sobre os processos seletivos do Ifes, visto que essas ações são uma excelente oportunidade de divulgar a instituição. O Presidente relata que não há previsão de ações dessa natureza. Divulga que, a partir do dia 4 de outubro, no campus Vitória, haverá uma comissão do MEC para avaliar o recredenciamento do Ifes, destacando que seria muito importante que os dirigentes comparecessem a reunião de abertura, apresentando-se e divulgando os cursos de seus respectivos campi à comissão, acrescentando que tal atitude teria um grande impacto na comissão. Divulga que em comissão formada por alguns reitores como membros, foi elaborada uma nova versão para a portaria 17, sendo o documento encaminhado para a secretaria da Setec, acrescentando que, caso o documento seja aprovado, as instituições terão 180 dias, após publicação, para revisar e adequar os seus regimentos internos, no caso do Ifes, é a Resolução 32 de 2008. Nada mais a tratar, o Presidente declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.